



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1017727-48.2017.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Invalidez Permanente**  
Requerente: **Jose Eugenio Monteiro**  
Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**JOSE EUGENIO MONTEIRO**, ajuizou ação declaratória e condenatória com pedido de tutela de urgência em face **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV**, alegando que foi reconhecida sua aposentadoria por invalidez em 0/10/2014, com publicação em 05/05/2017. Ocorreu que, de acordo com documentos juntados, vem sendo pago apenas o equivalente à 57,14% do valor integral do que de fato deveria receber. Em razão desse fato, pleiteou, em sede de tutela de urgência, que fosse reconhecida a integralidade de sua aposentadoria em 100% do valor de seus rendimentos e, ao final, a confirmação da tutela de urgência com a condenação da requerida no pagamento da diferença do benefício recebido que deveria receber desde a data do reconhecimento da aposentadoria até a presente data. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida.

Citada, a ré apresentou contestação. Sustentou em resumo, que o autor não faz jus a aposentadoria integral. Requereu a improcedência da ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, inciso 1, da Constituição do Estado e do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, a regra geral sobre aposentadoria por invalidez determina que o seu pagamento seja realizado com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

A exceção da regra se dá quando a invalidez decorre de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável, quando então os proventos serão pagos de forma integral.

O autor foi aposentado por invalidez, conforme constante na inicial e documentos, por problemas psicológicos.

Deste modo, não sendo demonstrado que sua doença encontra-se inserida no rol do artigo 186, parágrafo 1º, da Lei nº8112/90, correto se mostra o pagamento de sua aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Nesse sentido caminha a jurisprudência :

**"SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS.**  
*Servidor público estadual aposentado por invalidez permanente, nos termos do art. 40, § 1º, inc. I, da CF – Proventos integrais – Impossibilidade – Doença que gerou a aposentadoria não incluída dentre as classificadas no art. 186, da Lei Federal nº*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

*8.112/90 – Rol de doenças estabelecido no § 1º do art. 186 da Lei Federal nº 8.112/90 não é exemplificativo, mas taxativo (RE nº 656.860) – Aposentadoria não decorreu de acidente em serviço, nem se produziu elemento que infirmasse a conclusão da junta médica do DPME no sentido de que o autor não foi acometido de moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei. ALE – Adicional incluído no cálculo dos proventos proporcionais. Ausência de insurgência contra a improcedência quanto ao GAP. Ação julgada parcialmente procedente em 1º grau – Decisão reformada em 2ª instância para improcedência total da ação. RECURSO do autor DESPROVIDO. RECURSO do Estado de São Paulo PROVIDO" (TJSP; Apelação 0038887-13.2011.8.26.0602; Relator (a): Isabel Cogan; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Público; Foro de Sorocaba - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 07/08/2018; Data de Registro: 07/08/2018).*

**"SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL APOSENTADO. Aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais. Diagnóstico de depressão. Pretensão à aposentadoria integral. Inadmissibilidade. Patologia não inserida no rol do art. 186, I, § 1º, da Lei Federal nº 8.112/90, aplicada por analogia. Inteligência do art. 40, § 1º, I, da CF. Respeitada a taxatividade do rol. Precedente do STF. Ação julgada improcedente. Sentença mantida. Recurso não provido"** (Apelação n. 1000004-13.2016.8.26.0696 - Relatora: Heloísa Mimessi).

A ação, portanto, não prospera.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvada a gratuidade.

P. I. C

Araraquara, 13 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**